

Desarticulação nas políticas de enfrentamento à violência sexual infantil

As estatísticas de violência sexual contra crianças e adolescentes mostram que há problemas de registro nos equipamentos de saúde e nos dados da segurança pública

So a Reinach

26 de maio de 2021

FLÁVIO FLORIDO/FOLHAPRESS



Principais mecanismos de identificação e diagnóstico de abuso contra crianças e adolescentes apresentam sérias falhas no Brasil

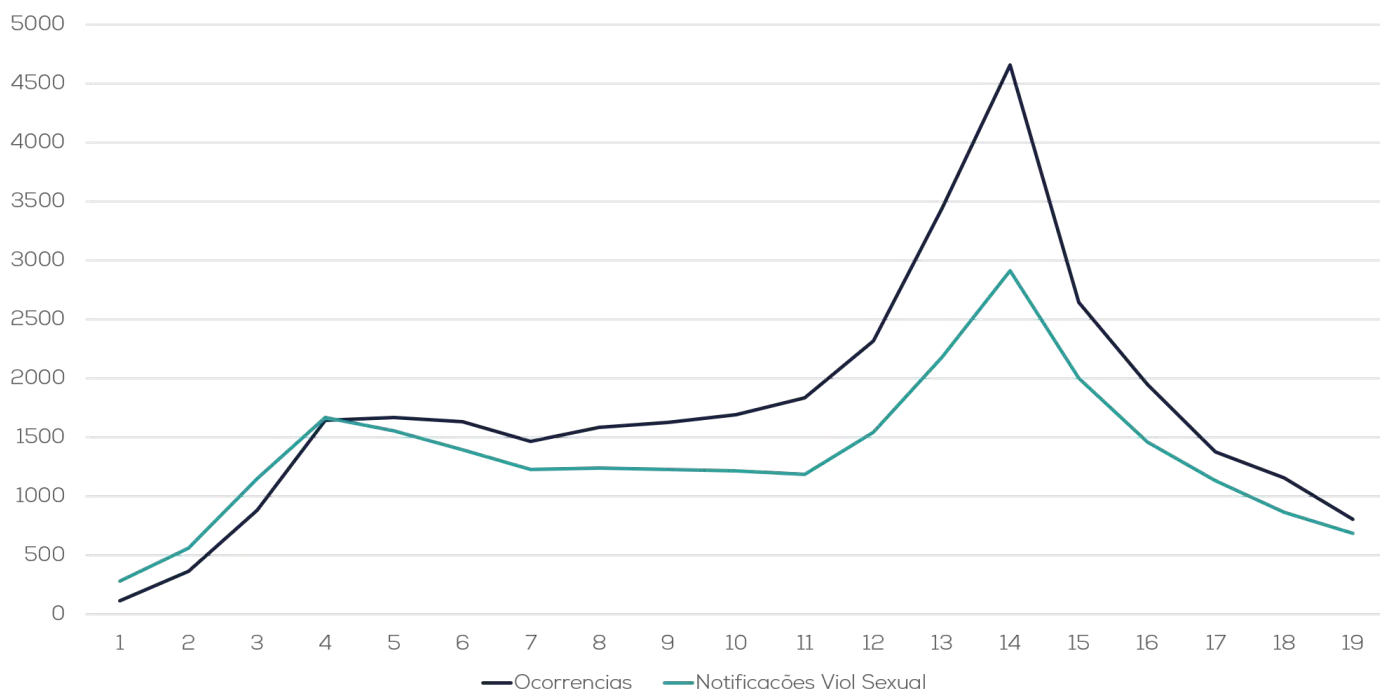
No dia 18 de maio foi celebrado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No entanto, no Brasil, há pouco a se comemorar. Os principais mecanismos de identificação e diagnóstico dessa realidade apresentam sérias falhas. O que será apresentado a seguir é uma breve análise baseada num olhar panorâmico para os dados provenientes da área da saúde e da segurança pública no país.

Pelo lado da segurança pública, a discrepância nas estatísticas de crimes sexuais tem problemas na centralização da informação. Cada estado compila suas próprias estatísticas e as informa e publiciza da maneira que melhor convier. No ano de 2019, foram registrados, pelo menos, 32.870 boletins de ocorrência de estupro de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos no Brasil. Esses dados se referem às Unidades da Federação (AL, CE, DF, ES, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SE e SP) que informaram suas estatísticas para a compilação do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Nesse mesmo ano, os estados do Acre,

Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins não informaram os dados de estupro de forma que fosse possível desagregar por idade. Para se ter uma referência do tamanho dessa perda, segundo dados do SINAN, foram notificados 7.738 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nesses estados, o mesmo que 23% do total de casos no país. Trata-se de um volume significativo para não constarem nas estatísticas criminais que compilam os dados de boletins de ocorrência.

Por outro lado, não são apenas os dados da área de segurança pública que demonstram estarmos lidando com um problema importante na estatística nacional de violência sexual contra crianças. Ao comparar os dados dos estados que informam a estatística dos boletins de ocorrência com os dados dos atendimentos no sistema de saúde, outras são as surpresas que aparecem. No mesmo ano, nos mesmos estados, foram realizadas 25.500 notificações de violência sexual no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN) versus os 32.870 registros em Boletins de Ocorrência. Ou seja, trata-se de uma diferença de quase 29% entre números que deveriam ser similares. Como é possível verificar no gráfico abaixo, essa diferença é maior que 10% na faixa etária entre 7 e 15 anos. Já na faixa de 0 a 4 anos existe uma inversão dessa realidade, porém de forma mais amena.

Boletins de Ocorrência de Estupro (Anuário) e Notificações de Violência Sexual (SINAN) por idade - 2019*

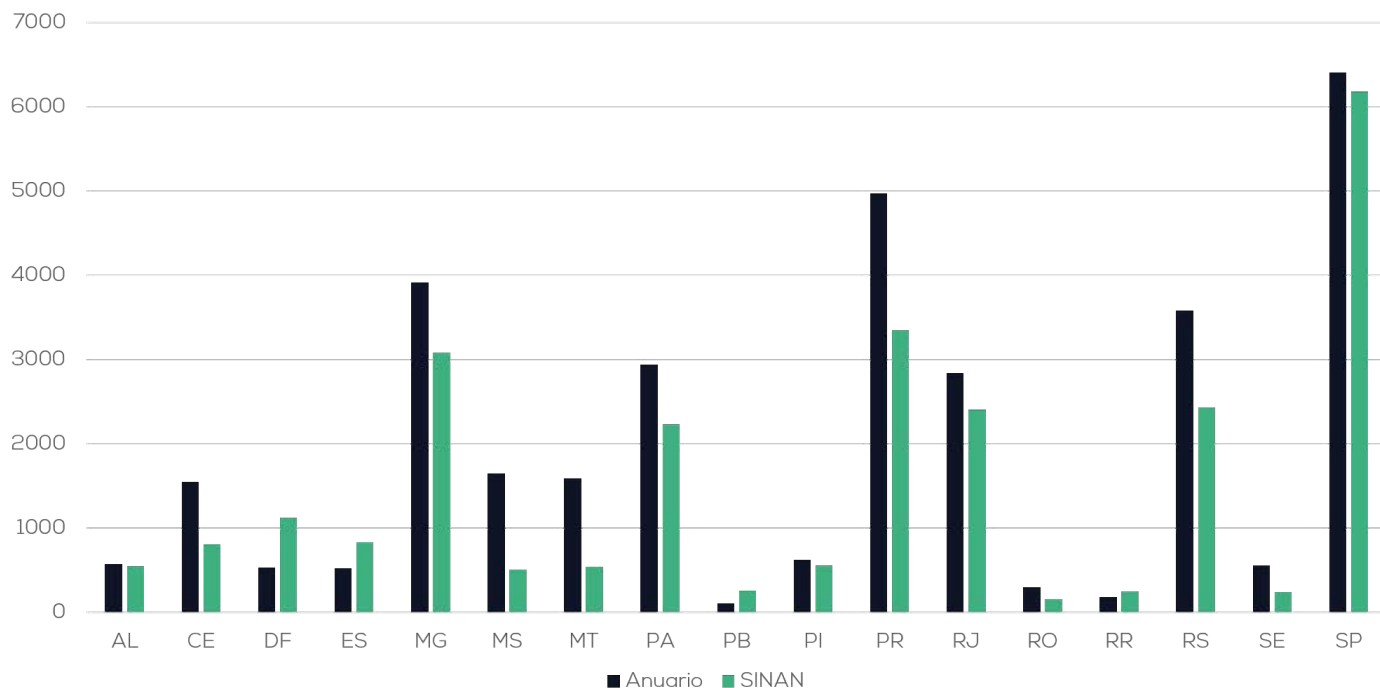


Fonte: Sinan e Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Dados relativos apenas aos estados: AL, CE, DF, ES, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RJ, RO, RR, RS, SE e SP.

O que é possível concluir a partir dessa diferença não é somente que o sistema de notificações de agravo precisa melhorar em casos de violência, mas que, muito provavelmente, há uma falha nos sistemas de atendimento e proteção às crianças vítimas de violência. Se a criança tiver seu primeiro atendimento em uma unidade de saúde, a notificação deve ser feita e ser seguida de encaminhamentos tanto dentro da rede de atendimento da saúde e assistência, mas também de segurança pública. E se o atendimento for feito primeiro por um órgão da segurança, essa criança deve rapidamente ser encaminhada aos órgãos de saúde. Ou seja, decorrem desses dois números (notificações no sistema de saúde e registros de ocorrência) dois processos importantes: o de acompanhamento dessa vítima para lidar com as consequências dessa violência e o de abertura de inquérito, investigação e responsabilização criminal dos agressores, respectivamente. Os registros e notificações são o primeiro passo do acionamento da rede protetiva e o fato de haver uma diferença tão grande nesses números nos demonstra que esses mecanismos estão com problemas.

Os dados também nos ajudam a identificar quais estados têm tido mais dificuldade em cada um dos registros. A desagregação aponta para problemas de registro tanto na área da saúde como na segurança pública. Parte-se do pressuposto de que o dado que possui menos registros, possui informação faltando¹. Portanto, analisando o gráfico abaixo, o Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba e Roraima têm falta de registros de boletins de ocorrência. E os estados do Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e Sergipe têm falta de dados nas notificações feitas nos equipamentos de saúde.

Boletins de ocorrência de Estupro (Anuário) e Notificações de Violência Sexual (SINAN) de vítimas entre 0 e 18 anos por estado- 2019



Nos estados em que há falta de dados de boletins de ocorrência, os órgãos de segurança pública ou não estão recebendo essas crianças ou não estão realizando os registros adequadamente. E o mesmo pode-se afirmar sobre as notificações no SINAN nos estados em que há maior perda nos dados da saúde: ou as crianças não estão sendo atendidas pelos órgãos de saúde ou os atendimentos não estão sendo notificados no SINAN.

O que os dados aqui apresentados demonstram é que as estatísticas nacionais de violência sexual contra criança e adolescente apresentam sérios problemas. Por um lado, há problemas de registro nos equipamentos de saúde e, por outro, problemas de registro e publicação dos dados da segurança pública. Com isso, podemos depreender que, se considerarmos que temos mais de 32 mil casos de estupro de crianças e adolescentes por ano no Brasil, esse dado é certamente subestimado. Ou seja, a realidade com que estamos lidando não é conhecida na sua integralidade. Além disso, há indícios de que a interação entre os órgãos que deveriam compor uma política intersetorial de proteção e enfrentamento à violência sexual infantil não está funcionando adequadamente.

So a Reinach

Pesquisadora associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/ac7ekdktk9>

